

Discernimento à luz da nossa história: algumas considerações

0.- Introdução

Como introdução, gostaria de fazer duas observações: a primeira, para dizer que situações de discernimento temos em mente e que gostaríamos de examinar; a segunda, para esclarecer o espírito que nos move ao propor esta reflexão sobre o discernimento à luz da nossa história. Aqui usamos a palavra discernimento num sentido amplo e por discernimento entendemos o processo de preparar e tomar decisões, em resposta às exigências do Evangelho de Cristo e aos sinais dos tempos e lugares (Mt 16,3; Lc 12,54-57).

01.- Objectivo de reflexão

Ao desenvolver esta reflexão temos em conta, de forma particular, três situações em que somos, ciclicamente, chamados a exercer o discernimento, como Instituto, comunidades e indivíduos combonianos. A primeira diz respeito ao discernimento capitular que exercemos de seis em seis anos. A segunda situação diz respeito ao discernimento provincial (ou continental, agora...) que exercemos nas assembleias provinciais e sectoriais. A terceira situação, finalmente, diz respeito ao discernimento que somos chamados a fazer, de três em três anos, nos processos de escolha das pessoas chamadas a exercer a autoridade e coordenação do Instituto (superiores de circunscrição e locais).

02.- O espírito que nos move

Não é fácil reflectir sobre o nosso discernimento, partindo do nosso caminho e da nossa história recente. Por um lado, é difícil avaliar caminhos e decisões em que ainda estamos envolvidos, aos quais ainda estamos muito próximos, sem a distância necessária que nos ajude a ver as coisas em perspectiva e a compreendê-las melhor. Por outro lado, pode-se ser acusado de julgar as pessoas envolvidas nos processos de discernimento.

Com esta reflexão, não pretendemos avaliar pessoas ou intenções. Tentamos reflectir sobre sistemas e formas de discernimento, sobre os métodos que utilizamos para o exercer, como Instituto, como comunidade e como indivíduos. Fazemo-lo, essencialmente, por duas razões. Primeiro, estar em sintonia com o Magistério do Papa Francisco, que fez do tema do discernimento e da sua necessidade um ponto constante do seu ensino e do seu magistério eclesial (1). Segundo, para responder à pergunta que muitos de nós nos fazemos: como é que as decisões dos últimos Capítulos continuam por cumprir, os apelos são rapidamente esquecidos? Como é que as indicações e apelos dos capítulos e assembleias têm uma esperança de vida tão curta e não conseguem fazer uma verdadeira configuração da nossa vida e missão? Naturalmente, cada um de nós terá a sua própria resposta a estas e outras perguntas semelhantes; esta reflexão pretende apenas ser uma ajuda para encontrar respostas às perguntas que cada um de nós possa estar a fazer, de acordo com o seu local de observação da vida do Instituto.

1.- Ponto de partida

Tentaremos partir da nossa história, dos nossos caminhos de discernimento dos últimos Capítulos Gerais. Concretamente, partiremos do Capítulo que significou o ponto mais alto e mais eficaz do nosso discernimento. Refiro-me ao Capítulo de 1969, o Capítulo especial convocado para responder ao pedido do Papa Paulo VI aos Institutos, para realizar um Capítulo para retomar a inspiração primitiva e promover a renovação dos Institutos de acordo com as orientações do Concílio Vaticano II (2).

O 10º Capítulo Geral de 1969, com o processo de reflexão e renovação que introduziu no Instituto, pode ser considerado como uma verdadeira reconfiguração do Instituto Comboniano, comparável apenas à transformação do Instituto numa congregação religiosa (1885, abertura do noviciado-1899, primeiro Capítulo Geral).

Desta vez, porém, o processo não acentua a configuração religiosa do Instituto, mas sim a sua configuração apostólica, ou seja, o carisma missionário e a dimensão apostólica como características da sua identidade carismática. O Instituto não nega a sua condição de congregação religiosa, o valor da consagração (votos) e da vida fraterna, mas afirma, como característica da sua identidade, a dimensão apostólica e missionária, que brota do carisma do seu fundador Daniele Comboni, em torno do qual repensa toda a sua vida e missão, um repensar que está no cerne da actual Regra de Vida (3).

2.- Características do discernimento feito

O processo de discernimento, que permitiu este intenso dinamismo de renovação e actualização do carisma, assentou em três pilares:

2.1- O método "ver, julgar e agir", que veio dos movimentos eclesiais da época, especialmente da Acção Católica, e que marcou o discernimento eclesial durante décadas. No nosso Capítulo de 69, os três momentos de discernimento foram particularmente bem tratados.

Em primeiro lugar, o ver: o Capítulo foi preparado com um esforço considerável para "ver" a situação concreta das pessoas, comunidades e províncias, através de um questionário com mais de cem perguntas, enviado a cada comboniano. Foi "uma consulta ampla e gratuita" de todos os membros (4). As respostas foram recolhidas a nível das províncias e, depois, a nível do Instituto, por uma Comissão Central que deveria preparar o Capítulo.

Segundo, o julgar: foi o trabalho do próprio Capítulo, realizado durante meses (o Capítulo durou de Maio a Dezembro) pelas 9 subcomissões, nas quais os Capitulares se tinham distribuído, cobrindo todos os aspectos da vida do Instituto, desde o fim e espiritualidade até à economia.

Terceiro, a acção: começou no Capítulo, com as decisões tomadas e condensadas nos Documentos Capitulares (5), e continuou numa década frutuosa de implementação que levou à renovação de todo o Instituto nas várias dimensões da sua vida e missão, à reunificação dos dois Institutos Combonianos, FSCJ e MFSC, no Capítulo de 1979, e à aprovação da Regra de Vida e do novo nome do Instituto, MCCJ.

Preservar este método de discernimento, e a preocupação de ver, é um legado do 10º Capítulo Geral, que passou depois para a Regra de Vida que, no n. 154, enumera os relatórios oficiais a apresentar em cada Capítulo, incluindo o relatório dos superiores

provinciais, e, no n. 154.2, diz que "o relatório da província é preparado, após consulta aos missionários, com base num esquema sugerido pelo Conselho Geral, e é assinado pelo superior provincial, pelo seu conselho e pelos delegados" (6) .

Este método de discernimento, baseado em "ver, julgar e agir" juntos, mantém-nos num dinamismo contínuo de observação, julgamento e proposta que nos liga à tradição carismática comboniana, segundo o método de "discussão em comum" que Daniele Comboni propôs aos missionários no Regulamento dos Institutos do Cairo (7), e que permanece como um desafio para cada geração comboniana, a nível comunitário, de circunscrição, e de Instituto.

2.2- Ouvir todos, mesmo as minorias. Na preparação e realização do 10º Capítulo Geral de 1969 houve uma preocupação de representação e de escuta de todos; os irmãos missionários combonianos participaram no evento capitular pela primeira vez na história do Instituto, com 5 delegados, sobre um total de 67 capitulares. Além disso, dois missionários MFSC e vários combonianos foram convidados a participar como observadores, representando os grupos minoritários do Instituto (combonianos naturais do Sudão, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e Portugal, e escolhidos por eles para participar no Capítulo). Esta foi a primeira e única vez que as minorias, enquanto tal, estiveram representadas.

2.3- A responsabilidade da representação. O terceiro pilar do discernimento foi o sentido de responsabilidade e empenho dos delegados, os missionários eleitos para representar os confrades. Os delegados foram envolvidos na preparação do Capítulo, primeiro a nível provincial, com a elaboração dos resultados do inquérito e das assembleias provinciais; depois, durante o Capítulo, no intenso trabalho das nove subcomissões em que os capitulares deram o seu contributo; durante o intervalo do Capítulo, regressando às suas províncias para apresentar o texto dos documentos capitulares aos confrades e ter o seu consentimento e acordo; e depois, no final do Capítulo, com o regresso às províncias, assumindo o papel de animadores principais da província na implementação das decisões do Capítulo.

Este forte sentido de responsabilidade que está sobre os ombros daqueles que representam outros passou então à presente Regra de Vida (8), n. 151 e n. 151.1, que diz: "Cada Capitular tem a responsabilidade de obter todas as informações necessárias para o cumprimento frutuoso do seu mandato, interessando-se por todos os problemas do seu círculo eleitoral, entrando em contacto com os seus eleitores e informando-se sobre a situação de todo o Instituto.

3.- A deriva dos anos 90

3.1- Filtrar a realidade com ideologia

Este legado do Décimo Capítulo Geral inspirou o discernimento feito durante as décadas de 1970 e 1980. Mas no final dos anos 80 e nos anos 90 houve uma pressão crescente para reduzir o tempo e a atenção dada ao ver nos Capítulos. O Capítulo de 1969 tinha reestruturado a coordenação central do Instituto, com a criação das províncias e delegações e dos secretariados e gabinetes gerais. Nos Capítulos seguintes, o tempo atribuído aos relatórios das províncias, que tinham aumentado consideravelmente em número, foi considerado excessivo, como se o tempo

concedido para ver fosse desperdiçado. A esta consideração prática foi acrescentada outra, de carácter ideológico: mais do que as situações concretas, estava-se interessado (dizia-se...) em compreender as ideias, os movimentos da história que determinam as sociedades em que estamos presentes.

Desta forma, aumentou a pressão para reduzir o tempo dado aos superiores da circunscrição para apresentarem a realidade das suas circunscrições e surgiu a ideia de preparar relatórios por continentes, a serem apresentados em Capítulo. O ângulo de observação, a visão, afastou-se das situações concretas (das sociedades e das Igrejas locais) e deu mais ênfase aos elementos gerais comuns às províncias, aos elementos continentais.

Os relatórios individuais das Circunscrições continuaram a ser feitos e impressos para serem deixados no fundo da sala do Capítulo, para possível consulta por parte dos interessados, e não apresentados e discutidos no Capítulo (aqueles que participaram nos Capítulos a partir de 1997 sabem que os delegados não se preocupam em ir ler os relatórios de cada Circunscrição). Começou com o XIV Capítulo Geral (1991) onde foram feitos relatórios provinciais, mas de forma reduzida, e também foram apresentados relatórios continentais (9).

Nos Capítulos seguintes, o caminho foi aberto a um discernimento que favorece ideias, ideologia, e subestima a realidade e situações concretas. Podemos falar de um processo de discernimento que "filtra a realidade com a ideologia" e que é o oposto do que o Papa Francisco ensina hoje, que nos diz "que a realidade é mais importante que a ideia", um dos quatro princípios de discernimento que ele propõe no GE (10).

3.2- Esquecer os deveres de representatividade

Paralelamente a esta tendência para filtrar a realidade com a ideologia, emerge uma atitude que vê diminuir o empenho dos eleitos para representar, conhecer e manter-se em contacto com aqueles que representam. A ideia de uma "representatividade infusa" (chamemos-lhe assim...), directa, que leva a pensar que o voto recebido, por si só, torna a pessoa capaz de representar e a isenta do dever de preparação e de informação contínua, passa a ganhar terreno. Além disso, verifica-se que um número significativo de delegados chega ao Capítulo sem se terem preparado e não respondem ao dever de informar aqueles que os elegeram.

O mesmo fenómeno ocorre em assembleias provinciais e sectoriais. Chega-se sem se terem ocupado da preparação e pensa-se que a eleição para o compromisso que se tem permitirá o exercício do discernimento, sem necessidade de verificação com aqueles que se representam. Este fenómeno tem sido favorecido, numa fase posterior (até aos dias de hoje...), também pelo hábito de realizar reuniões provinciais e sectoriais sem uma agenda prévia preparada e distribuída em tempo útil. Assumiu-se uma dinâmica que vê a realização de reuniões mais para cumprir com agendas provinciais e continentais do que para exercer um discernimento eficaz e resolver os problemas que temos. A importância da agenda das reuniões reside no facto de permitir que os participantes cumpram os deveres inerentes à representação, se preparem e consultem aqueles que representam, relativamente às questões a serem estudadas em profundidade e sobre as quais se deve decidir.

Compreendo que esta declaração é séria, mas estou certo de que não sou o único que ouviu falar de encontros continentais de superiores e coordenadores provinciais sem agenda ou com a agenda preparada no último momento ou de encontros sectoriais a

nível continental onde foram tomadas decisões sobre questões que não constavam da agenda e sem primeiro as ter estudado ou discutido com os confrades. Isto pode explicar, por um lado, o facto de os problemas se arrastarem de assembleia em assembleia durante muito tempo. Por outro lado, que as decisões aparentemente proféticas, mas tomadas sem reflexão ou envolvimento prévio dos confrades, permaneceram letra morta, e que os anos passam antes de se tornarem realidade... se algum dia chegam a tornar-se realidade!

3.3- Começar sempre por si próprios: o Capítulo é soberano.

Os Capítulos Gerais dos anos 90 e as duas últimas décadas viram emergir outra "característica" do nosso recente discernimento. Refiro-me à tendência dos Capitulares, em Capítulos recentes, para começarem sempre por si próprios, sem a devida consideração pelo que tinha sido decidido em Capítulos anteriores, ou pelo que outros (Conselho Geral, secretariados...) tinham preparado como ajuda ao discernimento do Capítulo. Refiro-me ao facto de nos capítulos de 1997, 2003 e 2009 os capitulares terem tido grande dificuldade em aceitar os documentos preparatórios e recusá-los, assumindo a tarefa - impossível - de redigir documentos em poucos dias e exercendo o discernimento desde o início, sem preparação prévia.

Justifica-se esta onda de pensamento e sensibilidade dizendo que "o Capítulo é soberano"; mas esquece-se que o Capítulo é soberano tanto quanto, na medida em que representa todos os missionários e que os Capitulares exercem o discernimento em representação (de acordo com o conceito de autoridade em co-responsabilidade e responsabilidade em subsidiariedade, que definem a estrutura do nosso sistema de coordenação e governação) e não com base em visões pessoais ou outros títulos que possam ter. A nossa Regra de Vida (11) afirma, de facto, que "O Capítulo Geral é a autoridade suprema do Instituto, exercida de forma extraordinária e colegial, e expressa a participação de todos os missionários na vida do próprio Instituto."

3.4- O abandono de princípios não ditos, mas seguidos

Na tradição comboniana de discernimento havia princípios que não estavam escritos em parte alguma, porque se baseavam no Evangelho, mas seguidos por todos, tendo em conta o bem maior do Instituto. Refiro-me, por exemplo, ao princípio implícito e partilhado de que aqueles que não estavam em posição de exercer um cargo, por razões que só a pessoa pode saber, devem retirar-se do processo de escolha e/ou nomeação. Não era necessário explicar as razões para tal; agradecia-se a confiança demonstrada e retirava-se do processo, poupando a autoridade, que deve confirmar a escolha, situações de discernimento lamentáveis (tais como as que se referem a casos de duplicidade de vida, irresponsabilidade e abuso na área do cuidado pastoral, economia, afectividade e sexualidade... que tornam problemático o exercício de um cargo ou autoridade).

Nas últimas duas décadas, surgiu a ideia de que o exercício de um cargo, de autoridade ou coordenação, é um direito de cada um e de todos, independentemente das condições pessoais de capacidade e preparação e/ou outras; e que o voto de eleição é suficiente para fazer com que uma pessoa seja capaz e adequada para o exercício do cargo. A Regra de Vida, ao adoptar prazos de três anos para o exercício de funções e autoridade, favoreceu a passagem de testemunho e a mudança de responsabilidades dentro do Instituto (12), um princípio oportuno, especialmente em tempos de intenso

crescimento de pessoal e renovação de estruturas (como foi, precisamente, o tempo em que a presente Regra de Vida foi adoptada). Mas não dispensou, nem os eleitores nem os candidatos aos cargos, da responsabilidade pessoal e da procura das condições e preparação necessárias para exercer uma tarefa ou um cargo para o bem do Instituto e da sua missão.

Esta situação que descrevemos reflecte a situação da Igreja e o desenvolvimento cultural do nosso tempo. Especialmente nos últimos anos do pontificado do Papa João Paulo II, e depois, um número não indiferente de sacerdotes colocou-se à disposição e fez-se ao cargo para o exercício do ministério episcopal na Igreja, esquecendo princípios de tradição não escritos e criando situações infelizes (no contexto de falta de responsabilidade e abuso).

A exposição mediática que estas situações tiveram, nos nossos dias, trouxe duas consequências, que podemos considerar positivas: ajudou a reconsiderar estes princípios não escritos, porque são óbvios e não negociáveis, do ponto de vista do Evangelho; e provocou uma mudança de tendência, de modo que hoje verifica-se uma média de 30%, "um padre em cada três" (13), de candidatos a bispos que se retira durante o processo de selecção.

"Muitos candidatos justificam-se, dizendo que não se consideram adequados ou porque não querem correr o risco de "prejudicar a Igreja", diz o Cardeal Marc Ouellet na entrevista mencionada; uma mudança de tendência que terá alguma recaída entre nós, aumentando a consciência de que se não observarmos o nosso discernimento pessoal e comunitário, podemos também nós prejudicar a Igreja e o Instituto.

O 17º Capítulo Geral, em 2009, reflectiu sobre estes elementos de coordenação e governação (Actas do Capítulo, 114-124) e, especialmente nos n. 125 (1-5) falou de "autoridade e competência". Depois de admitir (n. 121.3) que "o princípio da subsidiariedade, já afirmado pela RV, é pouco conhecido e praticado", o Capítulo espera que a autoridade "favoreça a transparência e a responsabilização, face a um certo hábito de aproximação e à cultura da impunidade" (n. 125.1).

4.- Conclusão

Transusão de memória. Por um lado, o nosso tempo é um *kairós*, um tempo de graça, pelas novidades que se abrem diante de nós, pelas potencialidades que descobrimos escondidas na miragem de coisas novas. Mas, por outro lado, é também um *caos*, um tempo de confusão, crise e incerteza, pela grande variedade de narrativas que atraem a nossa imaginação e criatividade.

Alguns chamam-lhe um tempo de "*caos interpretativo*" no que diz respeito à missão específica dos Institutos missionários (14). As novas narrativas são sedutoras, satisfazem o nosso desejo do novo, mas revelam-se infecundas, incapazes de transformar as nossas situações, a nossa realidade, na direcção proposta pelo Evangelho de Jesus.

É necessário, portanto, exercer o discernimento, como o Papa Francisco frequentemente recorda. Se, por um lado, precisamos de ouvir os jovens e as nossas aspirações para o novo (15), precisamos também de fazer uma "transusão de memória" (16), actualizar os dons e valores que marcaram as etapas do nosso percurso histórico e assim enriquecer o nosso carisma hoje, tornando a nossa narrativa missionária frutuosa.

"É necessário recordar", diz o Papa Francisco, "tomar alguma distância do presente para ouvir a voz dos nossos 'antepassados'". A memória não só nos permitirá não cometer os mesmos erros do passado (17), como também nos dará acesso às aquisições que ajudaram os nossos antepassados a atravessar positivamente as encruzilhadas históricas que encontraram". A transfusão da memória", conclui o Papa, "liberta-nos da tendência actual, muitas vezes mais atractiva, de procurar resultados imediatos", o que seria "um retorno fácil, rápido, mas efémero" (18).

O que foi dito acima mostra que, ao propor uma reflexão sobre o nosso discernimento, inspirada pela nossa história, não nos propomos configurar a nossa vida e missão hoje de acordo com soluções do passado. Queremos, contudo, que o nosso discernimento hoje seja inspirado pelas atitudes e valores do passado, queremos aprender o discernimento também à luz da nossa história. "Ignorar a história", como alguém nos lembra (19), "faz-nos repetir os erros do passado" (e, na nossa história, não há falta de exemplos).

P. Manuel Augusto Lopes Ferreira, mccj
12 de Abril de 2020 - Páscoa da Ressurreição

Nota: Bibliografia sobre o discernimento:

-*Discernimento na Regra de Vida*: Discernimento e Autoridade (88,2; 153,3; 160,2); Discernimento Individual e Comunitário (16,1; 23,2; 29,3; 33; 41,2; 45,2; 56,4; 69,1; 78,4; 87,2,3; 97,2; 111,1).

-*Discernimento e Sinodalidade: Sinodalidade na vida e missão da Igreja*, da Comissão Teológica Internacional; 4.3 (números 110-114) Escuta e diálogo para o discernimento da comunidade.

-*Discernimento, Série O Espírito da Palavra e a Vida* da EDB, Bolonha 2015. Vários autores aprofundam o tema do discernimento no Antigo Testamento (páginas 21-63), no Novo Testamento (páginas 81-151) e na Vida da Igreja (páginas 165-225), com particular atenção aos acontecimentos actuais (sinodalidade).

-*Discernimento*, por Mariano Martínez Fernández, em *Dizionario Teologico della Vita Consecrata*, páginas 615-638. Oferece uma bibliografia sobre o assunto (livros, periódicos e artigos).

Notas:

¹ (1)-Per esempio: *Gaudete et Exultate*, nn. 166-175; *Evangelii Gaudium*, parte III del capitolo IV, con i quattro principi: Il tempo è superiore allo spazio, 222-225; L'unità prevale sul conflitto, 226-230; La realtà è più importante dell'idea, 231-233; Il tutto è superiore alla parte, 234-237.

¹ (2)-Paolo VI, *Ecclesiae Sanctae*, 6 agosto 1966.

¹ (3)-Sul X Capitolo Generale: Fidel González F., *I Capitoli Generali dell'Istituto Missionario Comboniano (1899-1997)*, Roma 1998, pp. 155ss. Tarcisio Agostoni, *The Comboni Missionaries, an outline history 1867-1997*, Rome 2003, pp. 403 e ss.

¹ (4)-Fidel González F., op. cit., p. 163.

¹ (5)-*Documenti Capitolari*, Roma 8 dicembre 1969.

¹ (6)-Regola di Vita, Roma 1988.

¹ (7)-Daniele Comboni, *Scritti*, 1866.

¹ (8)-Regola di Vita, Roma 1988, p. 150.

¹ (9)-Tarcisio Agostoni, op. cit., p. 490.

¹ (10)-Papa Francesco, *Evangelii Gaudium*, nn. 231-233.

¹ (11)-Regola di Vita, n. 146, p. 146. Cfr. CIC 631.

¹ (12)-Regola di Vita, nn. 112, 120, 124.

¹ (13)-Dichiarazione del Cardinale Marc Ouellet, Prefetto della Congregazione per i Vescovi, a *Vida Nueva*, 10 dicembre 2019.

¹ (14)-*Missione Oggi*, settembre 2017, p. 48.

¹ (15)-I giovani “sentinelle del mattino”, espressione di Papa Giovanni Paolo II.

¹ Papa Francesco, 6 maggio 2016, nel ricevere il Premio Carlo Magno, al Parlamento Europeo.

¹ *Evangelii Gaudium*, 108.

¹ *Evangelii Gaudium*, 224.

¹ Graham Allison, TED talks.